



72
H

1ª Câmara de Direito Público

(REJULGAMENTO – SISTEMÁTICA DO ART. 543-B DO CPC)

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0234147-7/01 (NPU nº 0009454-73.2011.8.17.0000)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Espólio de Roberto Dantas Vilar

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: AGRADO NO AGRADO DE INSTRUMENTO. DECISÃO TERMINATIVA. REJULGAMENTO PELA SISTEMÁTICA DO ART. 543-B, §3º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INVENTÁRIO. IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS. ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS. LEI CONSTITUCIONAL. ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO PROVIDO.

1. Em 1996, foi editada a Lei nº. 11.413/1996, que instituiu a alíquota progressiva para o ICD, dispondo que o imposto devia ser calculado de acordo com o valor total dos bens ou direitos transmitidos ou doados e conforme o grau de parentesco existente entre o transmitente ou doador e o beneficiário da transmissão ou doação.

2. Em 06 de fevereiro de 2013, o Supremo Tribunal Federal, em sede da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº. 562045, declarou a constitucionalidade da cobrança progressiva do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCD), possibilitando aos Estados a edição de lei que preveja tal cobrança.

3. Frise-se que o Supremo Tribunal Federal posicionou-se pela constitucionalidade, apenas, da progressividade com base no valor total dos bens a serem transmitidos, não tendo se pronunciado sobre a questão específica trazida pela Lei Estadual nº. 11.413/1996, qual seja, a da progressividade conforme o grau de parentesco existente entre o transmitente ou doador e o beneficiário da transmissão ou doação.

4. O dispositivo legal que instituiu a cobrança do ICD de forma progressiva foi revogado pela Lei nº. 11.920/2000, de 29 de dezembro de 2000, sendo que a revogação só se aplica aos fatos geradores a partir de 2001.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

23
✓

5. No presente caso, o falecimento ocorreu em 16 de abril de 2000, conforme certidão de óbito de fls. 24, devendo ser aplicada, então a Lei nº. 11.413/1996 que instituiu a progressividade do Imposto de Transmissão Causa Mortis.
6. Assim, deve ser reformada a sentença combatida, para determinar a cobrança da alíquota do ICD com base na progressividade instituída pela Lei nº. 11.413/1996, tão somente no que toca ao valor total dos bens a serem transmitidos.
7. Recurso provido, para reformar a decisão terminativa atacada, e consequentemente a sentença de 1º grau, para determinar a cobrança da alíquota do Imposto de Transmissão Causa Mortis com base na progressividade de acordo com o valor total dos bens ou direitos transmitidos ou doados, consoante a Lei nº. 11.413/1996.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo no Agravo de Instrumento nº 0234147-7/01 que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo Legal e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

24
2

1ª Câmara de Direito Público

(REJULGAMENTO – SISTEMÁTICA DO ART. 543-B DO CPC)

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0234147-7/01 (NPU nº 0009454-73.2011.8.17.0000)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Espólio de Roberto Dantas Vilar

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo proposto pelo Estado de Pernambuco contra Decisão Terminativa proferida nos autos do Agravo de Instrumento, a qual negou seguimento ao Recurso, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC.

A ação trata de inventário dos bens deixados pelo falecido Roberto Dantas Vilar.

O Juiz de 1º grau, às fls. 32, determinou a alíquota do imposto de transmissão causa mortis no percentual de 4% (quatro por cento), desconsiderando a progressividade instituída pela Lei nº. 11.413/96.

Inconformado, o Estado de Pernambuco interpôs Agravo de Instrumento, defendendo a constitucionalidade da progressividade do Imposto de Transmissão Causa Mortis.

Foi proferida Decisão Terminativa pelo até então relator, às fls. 39/40, negando seguimento ao agravo de instrumento, com fulcro no art. 557 do CPC.

O Estado de Pernambuco, então, interpôs Recurso de Agravo, que foi desprovido, através do acórdão de fls. 21/22.

Foi interposto Recurso Extraordinário, e a Vice-Presidência desta Corte de Justiça proferiu decisão interlocutória, às fls. 53, determinando o sobrestamento do recurso até o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal.

Com o julgamento do RE nº. 562.045/RS, a Vice-Presidência, atenta ao disposto no art. 543-B, §3º, do Código de Processo Civil, determinou a remessa dos autos a esta 1ª



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

HT
pl

Câmara de Direito Público, a fim de que o órgão possa exercer o juízo de retratação ou reafirmar o julgado (fls. 59/60).

É relatório.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

76
12

1ª Câmara de Direito Público

(REJULGAMENTO – SISTEMÁTICA DO ART. 543-B DO CPC)

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0234147-7/01 (NPU nº 0009454-73.2011.8.17.0000)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Espólio de Roberto Dantas Vilar

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

A Lei nº. 10.260/89 fixou o alíquota do Imposto de Transmissão Causa Mortis em 4% (quatro por cento):

Art. 8º A alíquota do imposto equivalerá ao limite máximo fixado em resolução do Senado Federal.

Parágrafo único. Até que seja baixada a resolução de que trata o caput, serão aplicadas as seguintes alíquotas, independentemente da natureza do ato:

I - nas transmissões e doações decorrentes de imóveis compreendidos no Sistema Financeiro de Habitação, a que se refere a Lei Federal nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 e legislação complementar: 0,5%. (meio por cento) sobre o valor efetivamente financiado:

II - quaisquer outras transmissões e doações: 4% (quatro por cento).

Em 1996, foi editada a Lei nº. 11.413/1996, que instituiu a alíquota progressiva para o ICD, dispondo que o imposto devia ser calculado de acordo com o valor total dos bens ou direitos transmitidos ou doados e conforme o grau de parentesco existente entre o transmitente ou doador e o beneficiário da transmissão ou doação:

Art. 1º A alíquota do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou direitos - ICD, Instituído pela Lei nº 10.260, de 27 de janeiro de 1989, será, em cada transmissão causa mortis ou doação, calculado e cobrado na forma prevista na tabela constante do anexo da presente Lei, de acordo com o valor total dos bens ou direitos transmitidos ou doados e conforme o grau de parentesco existente entre o transmitente ou doador e o beneficiário da transmissão ou doação.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

XX
B

Em 06 de fevereiro de 2013, o Supremo Tribunal Federal, em sede da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº. 562045, declarou a constitucionalidade da cobrança progressiva do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCD), possibilitando aos Estados a edição de lei que preveja tal cobrança:

Decisão: Trata-se de agravo regimental interposto pelo Estado de Pernambuco contra decisão proferida pelo Ministro Sepúlveda Pertence, nos seguintes termos: "Agravado de instrumento de decisão que inadmitiu RE, a, de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco assim do (f. 73): "CONSTITUCIONAL e TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO (ICD). NATUREZA. COBRANÇA. PROGRESSIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. INDISCREPANTE. - A Constituição Federal adotou o sistema de progressividade de alíquotas para hipóteses taxativamente elencadas, enumerando, expressamente, quais os impostos a serem exigidos dessa maneira, excluindo desse delimitado âmbito o ICD, que não possui caráter pessoal. - Os impostos de natureza real e proporcional, a exemplo do ICD, não se submetem ao princípio da graduação tributária, isto é, a uma escala de alíquotas, variável consoante a capacidade econômica do contribuinte. - A Lei Estadual n.º 11.413/96 não contempla como teto tributável o valor de cada quinhão hereditário, mas determina que o ICD seja calculado e cobrado, progressivamente, de acordo como valor total dos bens e direitos transmitidos ou doados. Vício de inconstitucionalidade. Precedentes do TJPE. - À unanimidade de votos, deu-se provimento ao agravo de instrumento interposto." Alega o RE, em suma, a constitucionalidade da cobrança do ITCD progressivo, haja vista se tratar de imposto direto e pessoal, e ser imprescindível a observância dos princípios constitucionais da igualdade e da capacidade contributiva. Decido. O acórdão recorrido se ajusta ao entendimento do STF, adotado no julgamento plenário do RE 234.105, Velloso, RTJ 173/325, cuja ementa possui o seguinte teor: "CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE IMÓVEIS, INTER VIVOS - ITBI. ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS. C.F., art. 156, II, § 2º. Lei nº 11.154, de 30.12.91, do Município de São Paulo, SP. I. - Imposto de transmissão de imóveis, inter vivos - ITBI: alíquotas progressivas: a Constituição Federal não autoriza a progressividade das alíquotas, realizando-se o princípio da capacidade contributiva proporcionalmente ao preço da venda. II. - R.E. conhecido e provido." Na ocasião, assentei: "Sr. Presidente, creio aplicável ao caso, com mais razão, as considerações feitas por mim ao aderir ao voto do Sr. Ministro

Erik de Sousa Dantas Simões



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

JS
V

Moreira Alves no RE 153.771, relativo ao IPTU, ao entender que o art. 145, § 1º, impõe uma distinção entre impostos pessoais e não pessoais, e só quanto aos primeiros permite a graduação conforme a capacidade contributiva, que é a característica dos impostos progressivos. Naquele caso de IPTU, acentuei, para acompanhar o voto do em. Ministro Moreira Alves (RE 153.771): 'Toda a minha inclinação pessoal seria pela admissão da progressividade da alíquota do IPTU, conforme o valor da propriedade urbana. Nem divisaria, em tese, impossibilidade de o IPTU ser disciplinado como imposto pessoal, tomado o valor do imóvel como presunção absoluta juris et de jure, da capacidade contributiva do proprietário. Não creio, entretanto, que a Constituição federal o permita.' E depois de refutar que a autorização da progressividade do IPTU. Se pudesse extrair do art. 156, § 1º, da Constituição, prossegui: 'Restaria o princípio geral do art. 145, § 1º, a estabelecer: '§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte'. Creio que, se tivesse parado aqui o dispositivo, haveria margem ao menos para entender que o problema tinha uma solução dogmaticamente equívoca, o que abriria espaço para dar prevalência aos princípios de justiça social e de autonomia municipal que, acredito, melhor seriam atendidos pela admissão da progressividade do IPTU, conforme o valor do imóvel. Mas, depois de longa reflexão, não me consegui libertar do que resulta da parte final desse mesmo § 1º, onde explicitamente se prescreveu que para conferir efetividade a esses objetivos - isto é, aos de que, sempre que possível, 'os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte', é "facultado à administração tributária identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e a atividade econômica do contribuinte'. Parece claro daí que a capacidade contributiva a tomar como critério de graduação do imposto é a capacidade econômica efetiva, real e global do contribuinte, o que, lamentavelmente para mim, afasta o meu primeiro impulso, que seria o de admitir, com os professores Roque e Elizabeth Carrazza, a tese de que a propriedade imobiliária de grande valor geraria presunção juris et de jure de capacidade contributiva: deveria gerar, de lege ferenda mas a Constituição impede que assim se considere. Não me animo a sobrepor-lhe o meu wishfull thinking.' Esse último argumento é plenamente aplicável ao caso presente e com base nele é que acompanho a conclusão do voto de V. Exª para dar provimento ao recurso." Nego provimento ao agravo. Alega o Estado agravante que os precedentes adotados como razões de decidir versam sobre o IPTU e sobre o ITBI, não se aplicando ao caso do

Edm



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

29

ITCMD. Insiste na constitucionalidade da adoção de alíquotas progressivas para o ITCMD, tendo em vista o seu caráter de imposto pessoal. Decido. Exerço o juízo de retratação. A matéria já foi apreciada pelo Plenário da Corte, com repercussão geral reconhecida nos autos do RE 562.045/RS, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, julgado em 6/2/13, quando ficou assentada: "a constitucionalidade do art. 18 da Lei gaúcha 8.821/89, que prevê o sistema progressivo de alíquotas para o imposto sobre a transmissão causa mortis de doação - ITCD — v. Informativos 510, 520 e 634. Salientou-se, inicialmente, que o entendimento de que a progressividade das alíquotas do ITCD seria inconstitucional decorreria da suposição de que o § 1º do art. 145 da CF a admitiria exclusivamente para os impostos de caráter pessoal. Afirmou-se, entretanto, que todos os impostos estariam sujeitos ao princípio da capacidade contributiva, mesmo os que não tivessem caráter pessoal. Esse dispositivo estabeleceria que os impostos, sempre que possível, deveriam ter caráter pessoal. Assim, todos os impostos, independentemente de sua classificação como de caráter real ou pessoal, poderiam e deveriam guardar relação com a capacidade contributiva do sujeito passivo. Aduziu-se, também, ser possível aferir a capacidade contributiva do sujeito passivo do ITCD, pois, tratando-se de imposto direto, a sua incidência poderia expressar, em diversas circunstâncias, progressividade ou regressividade direta. Asseverou-se que a progressividade de alíquotas do imposto em comento não teria como descambar para o confisco, porquanto haveria o controle do teto das alíquotas pelo Senado Federal (CF, art. 155, § 1º, IV). Ademais, assinalou-se inexistir incompatibilidade com o Enunciado 668 da Súmula do STF ("É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana"). Por derradeiro, esclareceu-se que, diferentemente do que ocorreria com o IPTU, no âmbito do ITCD não haveria a necessidade de emenda constitucional para que o imposto fosse progressivo." Já aplicando o entendimento do Plenário, transcrevo a ementa do RE nº 542.485/RS-AgR, Primeira Turma, Relator Ministro Março Aurélio, DJe 8/3/13: EXTRAORDINÁRIO – ITCMD – PROGRESSIVIDADE – CONSTITUCIONAL. No entendimento majoritário do Supremo, surge compatível com a Carta da República a progressividade das alíquotas do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação. Precedente: Recurso Extraordinário nº 562.045/RS, mérito julgado com repercussão geral admitida Diante do exposto, reconsidero a decisão agravada para conhecer do agravo de instrumento e, desde já, dar provimento do recurso extraordinário.

6



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

80

assentando a constitucionalidade da progressividade das alíquotas do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação. Publique-se. Brasília, 21 de junho de 2013. Ministro Dias Toffoli Relator Documento assinado digitalmente (STF - AI: 581154 PE . Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 21/06/2013, Data de Publicação: DJe-123 DIVULG 26/06/2013 PUBLIC 27/06/2013, undefined)

Frise-se que o Supremo Tribunal Federal posicionou-se pela constitucionalidade, apenas, da progressividade com base no valor total dos bens a serem transmitidos, não tendo se pronunciado sobre a questão específica trazida pela Lei Estadual nº. 11.413/1996, qual seja, a da progressividade conforme o grau de parentesco existente entre o transmitente ou doador e o beneficiário da transmissão ou doação.

O dispositivo legal que instituiu a cobrança do ICD de forma progressiva foi revogado pela Lei nº. 11.920/2000, de 29 de dezembro de 2000, fixando a alíquota do imposto da seguinte forma:

Art. 1º As alíquotas do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ICD, instituído pela Lei nº 10.260, de 27 de janeiro de 1989, a incidir em cada transmissão, serão as indicadas a seguir, relativamente aos fatos geradores ocorridos:

I – a partir de 01 de janeiro de 2001, na hipótese de transmissão "causa mortis", 5% (cinco por cento);)

II – na hipótese de doação:

a) no período de 01 de janeiro de 2001 a 31 de março de 2008: 5% (cinco por cento);

b) a partir de 01 de abril de 2008: 2% (dois por cento).

Vê-se que a Lei supratranscrita aplica-se aos fatos geradores a partir de 2001, sendo que, no presente processo, o falecimento ocorreu em 16 de abril de 2000, conforme certidão de óbito de fls. 24, devendo ser aplicada, então a Lei nº. 11.413/1996 que instituiu a progressividade do Imposto de Transmissão Causa Mortis.

Assim, deve ser reformada a sentença combatida, para determinar a cobrança da alíquota do ICD com base na progressividade instituída pela Lei nº. 11.413/1996, tão somente no que toca ao valor total dos bens a serem transmitidos.

Erik



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

81

Ante o exposto, **voto pelo conhecimento e provimento do recurso**, devendo ser reformada a Decisão Terminativa combatida, e consequentemente a sentença de 1º grau, para determinar a cobrança da alíquota do Imposto de Transmissão Causa Mortis com base na progressividade de acordo com o valor total dos bens ou direitos transmitidos ou doados, consoante a Lei nº. 11.413/1996.

É como voto.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator